

O Brasil viveu seu desenvolvimento inicial inteiramente baseado em produtos agrícolas de exportação¹. Este era o modelo agrário exportador, que vigorou até a década de 1930, e se caracterizava por dependência de ciclos econômicos de demanda - o ciclo da borracha, do cacau e do café foram, em suas respectivas épocas, o principal elemento de dinamização de nossa economia com base na exportação primária. Os ciclos se constituíram já no primeiro momento de atividade econômica no Brasil, com a extração de pau-brasil. Não se produzia para consumo interno. Este problema é pacífico na literatura econômica brasileira.

Durante o modelo agrário exportador, portanto, era papel da agricultura de exportação ser o elemento econômico central que possibilitaria não apenas a construção de capacidades estatais, mas a importação dos bens de consumo e de capital que não se produziam no país.

Houve alguma indústria brasileira entre o Segundo Império e a República Velha, no entanto esta indústria era limitada e de pequeno valor agregado. De fato, as principais discussões da época acerca da industrialização viam uma oposição clara entre a indústria “natural” - ou seja, a própria agricultura e o beneficiamento de produtos primários, para os quais o Brasil teria uma “vocalização natural” - e a indústria “artificial”, que englobaria os demais setores, como a indústria de transformação². As causas do “surgimento” da indústria brasileira não são um ponto pacífico, incluindo hipóteses como a teoria dos choques adversos, a industrialização induzida por exportações, o capitalismo tardio e a industrialização intencional por políticas do governo³.

O governo Vargas, que começou como uma revolta da oligarquia, rompendo com a ordem agrária exportadora da República Velha que privilegiava os ciclos econômicos agrícolas, foi o divisor de águas que permite ver o surgimento de uma política econômica desenvolvimentista no Brasil⁴. Este período incluiu o chamado *processo de substituição de importações*, um processo em três etapas - bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis e bens de capital - concluído em cinco décadas⁵.

A intencionalidade industrializante aumentou, e o Estado interferiu com a construção de instituições e projetos. A industrialização substitutiva acontece tendo como plano de fundo a

¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2005.

² FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Gênese e Precursores do Desenvolvimento no Brasil*. In: Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, vol.15, n.2, 2004.

³ SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. Hucitec, s.l., 2021.

⁴ FONSECA, op. cit.

⁵ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *O processo de substituição de importações*. In: José Marcio Rego, Rosa Maria Marques (org). *Formação Econômica do Brasil*, Saraiva, São Paulo, 2003.

dependência do Brasil. Nascendo fraca, a indústria brasileira teve problemas de indústria nascente, competindo com a indústria internacional, e assim foi protegida - como na Petrobras e Eletrobras, protegidas pelo capital público. Durante este período, o papel da agricultura brasileira era garantir ao país o capital necessário aos esforços de industrialização - que, no caso de países periféricos, inclui a importação de máquinas industriais⁶.

Durante o século XX, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, diante da ideologia desenvolvimentista. Houveram certas instabilidades monetárias e problemas de inflação, ao final do governo JK e dos governos militares⁷. Com a crise do petróleo, a instabilidade e imenso endividamento levaram o Brasil à quebra, negociação da dívida e dificuldades financeiras. O Estado brasileiro precisou procurar uma nova visão de Estado e um novo padrão de desenvolvimento, e escolheu seguir o Consenso de Washington.

O Brasil deste terceiro período retém a indústria desenvolvida durante o processo de substituição de importações⁸, mas esta indústria apresenta problemas de defasagem e de perda de competitividade. Não temos enfrentado crises de energia ou de estrangulamento externo⁹; a agricultura latifundiária se torna mais importante, e a pergunta que se faz é se o Brasil passa por um processo de desindustrialização, e se esta desindustrialização seria natural ou precoce.

Considerando os problemas que a indústria brasileira tem enfrentado, como a redução da participação (em eletrônicos) de 2000 a 2009, pode-se ver no horizonte indícios preocupantes de desindustrialização. Nem sequer entretemos a possibilidade de desindustrialização natural - que tende a levar a Estados focados em finanças e indústria de alta tecnologia e alto valor agregado, enquanto o Brasil vê cada vez menos participação em indústrias de média e alta tecnologia¹⁰. O *boom* das commodities, seja qual for seu efeito financeiro imediato, é apenas mais uma indicação da reascensão de uma dependência do mercado externo e das demandas de países com os quais, décadas atrás, competíamos em setores de maior tecnologia e valor agregado.

⁶ TAVARES, Maria da Conceição. *Auge e declínio do processo de substituição de importações*. In: Ricardo Bielschowsky (org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, vol.1. Record, São Paulo, 2000.

⁷ HERMANN, Jennifer. *Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa*. In: Economia Brasileira Contemporânea. Elsevier, s.l., s.d.

⁸ BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel. *Desindustrialização no Brasil: Um Resumo da Evidência*. In: Carta do IBRE, Agosto, 2010.

⁹ DELFIM NETTO, Antonio. *Desenvolvimento econômico brasileiro: retrocessos e avanços*. In: Revista de Política Agrícola, n.1, 2009.

¹⁰ ARENDT, Marcelo. *A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho*. IPEA, TPD 2105, 2015.